



## Nota de Abertura

### Princípios para a Transição Digital nas Escolas

Aceleramos aquilo que já prevíamos fazer ao longo da legislatura. Está em marcha o programa *Escola Digital*, que concretiza a transição digital em contexto educativo. Facilmente reconhecemos que a transição digital, inscrita no Programa do Governo, é uma necessidade independente das circunstâncias atuais. Por um lado, porque ter um computador e ligação à internet não significa que se saia da cama e se acompanhem aulas e atividades remotamente. Por outro lado, porque a transição digital tem objetivos muito mais amplos, respondendo a necessidades já existentes antes da pandemia e que se manterão para além desta crise. É nestes objetivos que me centro nesta edição da NOESIS.

O desenvolvimento de competências digitais já não é uma necessidade nova, mas assume novas facetas. Assistimos à reconfiguração rápida do mundo do trabalho, cada vez mais dependente de ferramentas digitais, mas também a progressos rápidos em áreas como a gestão de dados ou a inteligência artificial. Isto implica não apenas competências básicas de utilização, mas conhecimentos de programação, desenvolvimento de pensamento computacional, literacia de informação. O *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* é definido em função de uma visão assente em vários princípios. Aquando da sua criação, foi consensual que um dos principais objetivos dos 12 anos de escolaridade é preparar os jovens para nunca perderem a capacidade de continuar a aprender. Isso implica domínio de técnicas e de tecnologia, mas também a capacidade para identificar necessidades de formação e para investirem em si.

Em contexto de mudanças rápidas e em tempo de crise como a que vivemos, o desenvolvimento de novas competências, a requalificação e a melhoria de qualificações são muito importantes para acesso a emprego e reorientações profissionais. Por isso, o desenvolvimento destas competências digitais é também central no Programa Qualifica.

Entre os pilares da política educativa estão a Cidadania e a Inclusão, em larga medida, inseparáveis. O exercício de uma cidadania plena não é independente do desenvolvimento de competências digitais. O acesso a serviços, informação, direitos básicos passa cada vez mais pela capacidade de acesso, literacia e interpretação. Ler hipertexto é diferente de ler texto. Por isso, um cidadão mais apto é um cidadão mais incluído e menos vulnerável a contextos de segregação.

Para tanto, é fundamental que este programa assente em quatro vetores: equipamentos, conectividade, formação e recursos educativos digitais.

Para além da distribuição de equipamentos, está já em curso a formação de docentes, abrangendo diferentes finalidades e diferentes níveis de proficiência. Iniciou-se também o projeto piloto de manuais digitais, que também envolve formação para os docentes. Não se trata de uma mera desmaterialização, mas sim de um aproveitamento do potencial de exploração de recursos mais ricos, mais diversos e mais adequados a cada um.

Este caminho é necessário e urgente e por isso está a ser trilhado.

Aproveito para desejar que o Natal seja bom para todos e que 2021 nos surpreenda com boas notícias e com a normalidade que tanto desejamos!

*João Costa*, Secretário de Estado Adjunto e da Educação